

cadernos da
biblioteca
de vila real

2

NOS 175 ANOS
DA BIBLIOTECA
PÚBLICA MUNICIPAL
DE VILA REAL

1839-2014



NOS 175 ANOS
DA BIBLIOTECA
PÚBLICA MUNICIPAL
DE VILA REAL



HISTÓRIA DA BIBLIOTECA PÚBLICA DE VILA REAL UMA VISÃO PANORÂMICA

Em 22 de Outubro de 1839, através de uma portaria da Rainha D. Maria II, é criada a Biblioteca Pública Municipal de Vila Real, hoje uma das mais antigas bibliotecas públicas do País. A sua origem está intimamente ligada à extinção das ordens religiosas masculinas em Portugal e à nacionalização dos seus bens, ocorrida cinco anos antes. É neste contexto que surge a necessidade de, entre outras coisas, dar um destino às importantes bibliotecas dos conventos (ou livrarias, como à época era costume designá-las). E é assim que encontramos na génese da Biblioteca Pública de Vila Real a reunião de dois conjuntos de livros, provenientes dos extintos conventos de São Francisco e de São Domingos, a que se junta desde logo um terceiro pilar, correspondente à biblioteca particular de José Teixeira de Melo e Castro, doada anos antes aos religiosos do Convento de São Francisco, mas prevendo já a respectiva escritura de doação, entre diversas cláusulas, a sua passagem

para a posse da Câmara Municipal, caso o convento viesse a ser extinto. No total, o primeiro catálogo da Biblioteca Pública Municipal de Vila Real, concluído logo em 1840 pelos padres António de Figueiredo Cardoso (o primeiro bibliotecário) e Joaquim de Jesus Maria Bandeira (encarregado da guarda dos livros), dá-nos conta da existência de um acervo inicial de 5.164 volumes.

Hoje, a Biblioteca Municipal de Vila Real tem mais de 93 mil volumes incorporados, dois terços dos quais adquiridos nos últimos oito anos, ou seja, desde que esta instituição viu inaugurado o seu actual edifício.

Mas voltemos ao início desta história. Valorizada ao longo dos tempos, a biblioteca do Convento de São Francisco era particularmente importante e costumava ser aberta ao público, sob a vigilância de um religioso¹. O acervo que a constituía,

¹ Cf., por exemplo, termo de visita, 23/5/1756,

como se disse, está hoje integrado na Biblioteca Municipal. No dia 2 de Julho de 1833, Frei Francisco do Amor Divino toma posse do lugar de guardião do Convento². Sem que na altura o pudesse inteiramente adivinhar, seria o último franciscano a ocupar o cargo. Com o advento do liberalismo, são portanto extintas em Portugal as ordens religiosas masculinas, por decreto de 28 de Maio de 1834, e os seus bens incorporados nos bens próprios nacionais. O decreto tem execução imediata, levando a que, também imediatamente, os frades sejam exclaustrados. Logo em Agosto desse ano, Joaquim de Jesus Maria Bandeira, justamente um dos franciscanos que haviam sido exclaustrados do Convento, torna-se o primeiro encarregado daquela que viria a ser, a partir de 1839, a Biblioteca Pública.

Do ponto de vista formal, a primeira tentativa de instituir a Biblioteca ocorre ainda em 1836. Nessa altura, a Rainha D. Maria II cede à Câmara Municipal de Vila Real o quarteirão do também extinto Convento de São Domingos para aí instalar, além dos seus diversos serviços, uma biblioteca pública. Assim, e acompanhando a respectiva acta onde disto se dá conta: «Aos quatro dias do mês de Maio

de mil oitocentos e trinta e seis anos, nesta Vila Real e casas que servem de Paços do Concelho, estando reunidos em sessão o Presidente da Câmara Municipal, Fiscal e mais vereadores abaixo assinados, aí foi aberto o officio do Excelentíssimo Governador Civil deste distrito, com data de trinta de Abril pretérito, em que participa à Câmara que Sua Majestade a Rainha havia cedido e dado à Câmara desta mesma vila o quarteirão do extinto Convento de São Domingos, que faz face para o Tabulado³, com mais a pequena casa contígua e pegada ao que foi refeitório, para audiências gerais e ordinárias e comodidades para os mais usos municipais e livraria pública [...], exigindo do Comandante do Regimento 3 de Caçadores o despejo do mesmo quarteirão que foi dado e cedido a esta mesma Câmara.»⁴ Todavia, nesse mesmo ano de 1836 os Paços do Concelho acabariam por se instalar na antiga Rua da Amargura⁵, não tendo sido criadas, por arrastamento, as condições para estabelecer a projectada biblioteca no antigo Convento de São Domingos, quer porque

Livro de Termos de Visitas (1725-1833), fl. 6v., Arquivo Distrital de Vila Real, Fundo Documental do Convento de São Francisco.

² Cf. termo de posse, 2/7/1833, *Livro de Termos de Posse dos Padres Guardiães* (1724-1833), fl. 23, Arquivo Distrital de V. Real, Fundo Documental do Convento de São Francisco.

³ Campo do Tabulado era a designação, à época, da actual Avenida Carvalho Araújo.

⁴ Acta da Câmara Municipal de Vila Real, sessão de 4/5/1836, Arquivo Municipal de Vila Real – Livros de Actas da Câmara.

⁵ A uma centena de metros da Casa de Diogo Cão, a norte e do lado oposto da rua. Refra-se que a Rua da Amargura, mais tarde Rua Municipal, foi depois absorvida pela actual Avenida Carvalho Araújo, demolido esse quarteirão em 1916, justamente após a Câmara se instalar no seu actual edifício.

a unidade militar que o ocupava demorou a libertá-lo, quer porque no ano seguinte um incêndio devorou o edifício.

Entretanto, os livros que viriam a dar corpo à Biblioteca Pública Municipal de Vila Real, incluindo os do extinto Convento de São Domingos, estariam já todos reunidos no edifício do antigo Convento de São Francisco. De resto, em 1838 a Câmara decide reforçar a segurança desses livros em depósito, deliberando «que se passasse mandado da quantia de dez mil réis ao Padre Joaquim José Maria Bandeira, para pagamento da despesa feita com o tapamento das portas do extinto Convento de São Francisco, para segurança da arrecadação da livraria ali existente».⁶

A 22 de Outubro do ano seguinte, então sim, a Biblioteca Pública de Vila Real é formalmente instituída através da portaria assinada pela Rainha. O seu primeiro edifício é, portanto, o do antigo Convento de São Francisco. Por essa altura, a Igreja do Convento fora já entregue à Ordem Terceira. Enquanto isso, a cerca é arrendada, até em 1843 ser vendida em hasta pública. Nos anos que se seguem vão-se instalando em partes do edifício diversos serviços públicos e destacamentos militares, sendo certo que a Biblioteca Pública Municipal acabou por mudar de instalações, muito provavelmente em 1849, iniciando também ela a errante via-sacra que desde cedo a caracterizou.

⁶ Acta da Câmara Municipal de Vila Real, sessão de 22/1/1838, Arquivo Municipal de Vila Real – Livros de Actas da Câmara.

Criada então a Biblioteca em 1839, o Padre Joaquim de Jesus Maria Bandeira mantém-se como encarregado da guarda, sendo no entanto nomeado bibliotecário o Padre António de Figueiredo Cardoso, que por seu turno vai manter-se no cargo até à sua morte, já na década de 1850, vindo então a exercer essas funções o Padre António José de Sousa Vilela. Ainda em 1840, as instalações são sujeitas a obras de benfeitoria⁷ e, como se disse, é elaborado o primeiro catálogo da Biblioteca Pública. Esse documento, que ainda hoje se conserva, dá-nos uma ideia clara do que era o fundo bibliográfico original. Assim, cerca de 2.300 volumes provinham da referida biblioteca particular de José Teixeira de Melo e Castro (um número impressionante, pelos padrões da época), perto de 2.000 outros volumes haviam pertencido à biblioteca do Convento de São Francisco, enquanto da biblioteca do Convento de São Domingos provinham mais de 600. No total, contabilizando outros volumes de proveniências diversas, a Biblioteca Pública de Vila Real reúne então o acervo inicial de 5.164 livros.

No ano seguinte, 1841, começa a aquisição de novos exemplares e o executivo municipal destina «a quantia de vinte mil réis para se pagar ao Bibliotecário os livros que comprou para a Biblioteca Pública a cargo desta Câmara».⁸

⁷ Cf. acta da Câmara Municipal de Vila Real, sessão de 15/10/1840, Arquivo Municipal de Vila Real – Livros de Actas da Câmara.

⁸ Cf. acta da Câmara Municipal de Vila Real, ses-

Nesses primeiros anos de funcionamento, entre os leitores mais assíduos da Biblioteca está um que há-de vir a ser dos mais ilustres: Camilo Castelo Branco. Como se sabe, Camilo viveu em Vila Real em períodos diversos da sua vida. É entre 1846 e 1848, justamente, que frequenta a Biblioteca. Disso mesmo nos dá conta numa das suas obras, em prosa espirituosa, de resto bem ao seu estilo: «O nosso gabinete de leitura e de escrita era a Biblioteca Pública de Vila Real. [...] A falar verdade, a livraria era uma desgraça literária, uma mole indigesta que nem a traça nem as ratanzas seculares do extinto Convento de São Francisco tinham ousado esfarelar.»⁹

Em Junho de 1849, a Câmara Municipal adquire finalmente o edifício da Rua da Amargura, o tal onde estavam instalados os Paços do Concelho desde 1836, e logo de seguida, ainda em 1849, o Município adquire igualmente as casas contíguas, para nelas instalar serviços seus e diversas repartições públicas. Tudo leva a crer que é nesta altura, uma década depois de ser fundada, que a Biblioteca Pública deixa o edifício do Convento de São Francisco, até porque no ano seguinte o antigo Convento é atingido por um forte incêndio, em 9 de Janeiro de 1850, tendo-se salvo praticamente apenas a Igreja, o que nos leva a considerar que, à data, a Biblioteca já não estaria decerto por ali. Terá sido

são de 6/11/1841, Arquivo Municipal de Vila Real – Livros de Actas da Câmara.

⁹ Camilo Castelo Branco, *Boémia do Espírito*, Livraria Civilização, Porto, 1886, p. 203.

portanto em 1849 que deixou o edifício onde nasceu para se aproximar do centro cívico da terra, estabelecendo-se também no quarteirão em parte adquirido pela Câmara, primeiro em casa própria, depois, já na década de 1870, no próprio edifício dos Paços do Concelho, chegando a ocupar, entre outros compartimentos, a sala das sessões, como se vê pelo seguinte excerto: «Achando-se ocupada a sala das sessões com a Biblioteca Pública, e não tendo a Câmara outra sala onde se possa reunir, deliberou fazer as suas sessões na sala contígua dos jurados, ficando esta sala à disposição do juízo para o júri funcionar nas épocas em que costuma reunir-se».¹⁰

A verdade é que, sobretudo ao longo do século XIX, a Biblioteca Pública Municipal de Vila Real vai funcionando em condições precárias, sendo certo que se mantém quase sempre aberta ao público, por força de esparsas tentativas de minorar os seus defeitos estruturais. Em 1861, por exemplo, já ao tempo do segundo bibliotecário, reformula-se o catálogo: «Estando coordenado o catálogo da Biblioteca Pública desta vila a cargo da Câmara, do qual foi encarregado por ela o Padre António José de Sousa Vilela, e concluído o inventário em duplicado das diferentes obras de que a mesma Livraria se compõe, cujo inventário foi neste acto presente à Câmara, e considerando tão importante serviço e tempo que demandou para se

¹⁰ Acta da Câmara Municipal de Vila Real, sessão de 21/8/1876, Arquivo Municipal de Vila Real – Livros de Actas da Câmara.

levar a efeito, atento o estado de confusão em que antes se achava a Livraria, sem cujo serviço se tornava quase inútil, deliberaram que pelo cofre do Município se pagasse ao encarregado deste serviço a quantia de cinquenta e sete mil e seiscentos réis como gratificação, sendo para ele a de 38\$400 e para o amanuense Luís Teixeira Bacelar, que o coadjuvou, a de 19\$200.»¹¹

Não era ainda uso da época que o bibliotecário, no caso o referido Padre António José de Sousa Vilela, exercesse a função a tempo inteiro. O acompanhamento presencial estava entregue ao encarregado da guarda, recebendo o ordenado de noventa e dois mil réis, com a obrigação de «abrir diariamente a casa da Biblioteca de manhã, desde as dez horas até ao meio-dia, e de tarde, desde as três até às cinco, estar presente enquanto os visitantes se demorarem a ver ou consultar os livros dela, vigiar pela conservação destes e ter com limpeza e asseio a casa da Livraria».¹²

É claro que os tempos eram outros, as leituras corriam talvez com mais vagar. De resto, só em 1883, a Câmara Municipal, sob a presidência de António Lobato, aprova um primeiro regulamento, nestes termos tão singelos:

¹¹ Acta da Câmara Municipal de Vila Real, sessão de 18/5/1861, Arquivo Municipal de Vila Real – Livros de Actas da Câmara.

¹² Acta da Câmara Municipal de Vila Real, sessão de 10/5/1862, Arquivo Municipal de Vila Real – Livros de Actas da Câmara.

«Regulamento para a Biblioteca

Artigo 1.º

Todo o indivíduo que quiser ler algum livro desta Biblioteca escreverá num papel o seu nome e o título do livro que pedir, e dirigir-se-á, em seguida, ao bibliotecário, que lho entregará.

§ 1.º – O indivíduo que assinar o pedido do livro fica responsável pela conservação e entrega do mesmo.

§ 2.º – O respectivo papel com assinatura só será entregue quando o livro pedido for restituído.

Artigo 2.º

Nenhum livro poderá sair da sala da Biblioteca sem autorização expressa da Câmara.

Artigo 3.º

É proibido passear na sala da Biblioteca, bem como conversar em voz alta de maneira que possa perturbar o sossego dos leitores.

§ Único – Será expulso da Biblioteca todo aquele que transgredir os preceitos deste artigo.»¹³

Cinco anos depois surge um novo regulamento, em termos, dir-se-ia, mais espartanos:

«Regulamento da Biblioteca Municipal de Vila Real

Artigo 1.º

A Biblioteca Municipal de Vila Real é pública.

¹³ Acta da Câmara Municipal de Vila Real, sessão de 25/4/1883, Arquivo Municipal de Vila Real – Livros de Actas da Câmara.

Artigo 2.º

A Biblioteca está aberta todos os dias não santificados ou feriados, desde as 10 da manhã à 1 da tarde e desde as 6 às 8 horas da tarde nos meses de Novembro a Março, inclusive, e desde as 8 às 10 da tarde nos restantes meses.

Artigo 3.º

Não é permitida a entrada a quem não se apresente decentemente vestido.

Artigo 4.º

Não é permitido passear, fumar, estar com o chapéu na cabeça ou conversar em voz alta na sala da Biblioteca.

Artigo 5.º

Todo o indivíduo que pretenda ler algum livro da Biblioteca escreverá num papel o seu nome e o título do livro que pedir, apresentando esse papel ao bibliotecário.

§ 1.º – O bibliotecário, recebendo esse papel, entregará o livro a quem o pedir e no lugar do livro porá o mesmo papel, que inutilizará ou restituirá a quem lho houver entregado, se lho pedir.

§ 2.º – O indivíduo que receber o livro torna-se responsável pela sua conservação e entrega.

Artigo 6.º

Nenhum livro poderá sair da Biblioteca sem licença expressa da Câmara.

Artigo 7.º

O bibliotecário tem obrigação de fornecer papel e tinta a quem lho pedir para tirar ou escrever alguns apontamentos dos livros pedidos.

Artigo 8.º

O bibliotecário escreverá em cada

dia num livro os nomes dos indivíduos que pediram livros e os nomes ou títulos deles.

§ 1.º – Do mesmo modo escreverá noutro livro o nome dos visitantes.

§ 2.º – As disposições deste regulamento serão observadas pelos visitantes na parte aplicável.

Artigo 9.º

Os indivíduos que não cumprirem com as disposições deste regulamento serão expulsos da Biblioteca.

Artigo 10.º

Serão observadas pelo bibliotecário, na parte aplicável, as disposições do regulamento da secretaria da Câmara.

Disposição transitória

Artigo único

Enquanto a sala da Biblioteca for a mesma, como é, onde se fazem as sessões da Câmara e outros serviços públicos, não poderá funcionar a Biblioteca estando a sala ocupada com esses serviços.»¹⁴

Por aqui também se vê como, uma dúzia de anos passados, a Biblioteca continuava, afinal, provisoriamente instalada na sala das sessões da Câmara. Em 1916, no entanto, as condições de funcionamento melhorariam consideravelmente, beneficiando da passagem dos Paços do Concelho para um novo edifício, aquele que ainda hoje é o da Câmara e para o qual, juntamente com outros serviços, se mu-

¹⁴ Acta da Câmara Municipal de Vila Real, sessão de 15/3/1888, Arquivo Municipal de Vila Real – Livros de Actas da Câmara.

dou também a Biblioteca, em Fevereiro desse mesmo ano.¹⁵

Entretanto, a aquisição de novos livros processa-se lentamente. No final de 1928, quase nove décadas após a sua criação, a Biblioteca conta apenas com 7.146 volumes, o que representa um aumento de pouco mais de 2.000 livros face ao acervo inicial, tendo registado ao longo desse ano 2.127 visitantes.¹⁶ Apesar de tudo, percebe-se que existe, nesta época de parcos recursos, uma vontade acrescida de reforçar os fundos bibliográficos. Em Outubro de 1929, por exemplo, a Câmara adquire para a Biblioteca Pública 309 livros que constituíam a biblioteca particular de Adelino Samardã, primeiro Governador Civil do distrito após o advento da República, importante figura pública vila-realense que havia falecido meses antes.¹⁷ Pouco depois, já em 1930, o Visconde de Carnaxide, outra figura pública vila-realense igualmente importante, consegue para a Biblioteca a oferta de meia centena de volumes por parte da Academia de Ciências de Lisboa.¹⁸

Em todo o caso, é preciso esperar pela segunda metade do século XX para se encontrar uma verdadeira reviravolta no que a reforço dos fundos bibliográficos diz respeito, assente na parceria que o Município de Vila Real estabelece com a

Fundação Calouste Gulbenkian em 1962. Nessa altura, a Biblioteca Pública vivia um dos períodos de maior inércia da sua história, não tanto por dispor apenas de um acervo de 7.480 livros e 3.210 exemplares de publicações em série,¹⁹ mas principalmente porque, desde 1957, se encontrava na prática encerrada ao público, após a reforma, por limite de idade, do bibliotecário de então, sem que alegadamente o Município o conseguisse substituir, «quer por impossibilidade financeira, quer, sobretudo, porque com o vencimento fixado para aquele cargo – 1750\$00 mensais – não poderia encontrar funcionário que se prestasse a desempenhar aquelas funções».²⁰ Ora, em 1962, com a Biblioteca praticamente encerrada havia cinco anos, a necessidade de procurar uma solução era ainda mais urgente dado o facto de a Câmara, feitas algumas diligências, ter obtido da Fundação Gulbenkian a garantia formal de, regularizada a situação (isto é, assegurando-se um funcionário técnico do Município e reabrindo-se a Biblioteca), serem fornecidos gratuitamente por aquela instituição mobiliário adequado e cerca de dez mil volumes, periodicamente renováveis.²¹ E é assim que a Biblioteca Municipal reabre ao público, solucionando-se o problema através da criação de um lugar de fiel de biblioteca no quadro do

¹⁵ Cf. *O Povo do Norte*, Vila Real, 20/2/1916, p. 2.

¹⁶ Cf. *O Povo do Norte*, Vila Real, 26/1/1930, p. 3.

¹⁷ Cf. *O Povo do Norte*, Vila Real, 20/10/1929, p. 2.

¹⁸ Cf. *O Povo do Norte*, Vila Real, 15/6/1930, p. 2.

¹⁹ Cf. Acta da Câmara Municipal de Vila Real, sessão de 9/5/1962, Arquivo Municipal de Vila Real – Livros de Actas da Câmara.

²⁰ Cf. *ibid.*

²¹ Cf. *ibid.*

Município, disponibilizando-se especificamente uma sala para acolher a generosa oferta da Fundação (sala essa a que popularmente se passou a chamar Biblioteca Gulbenkian²²) e constituindo-se em depósito noutra sala o fundo antigo, sala essa a que formalmente a Câmara viria a atribuir o nome de Biblioteca Júlio Teixeira, em 1969, dois anos após a morte daquele importante genealogista, e que reabre também ao público no início de 1970.

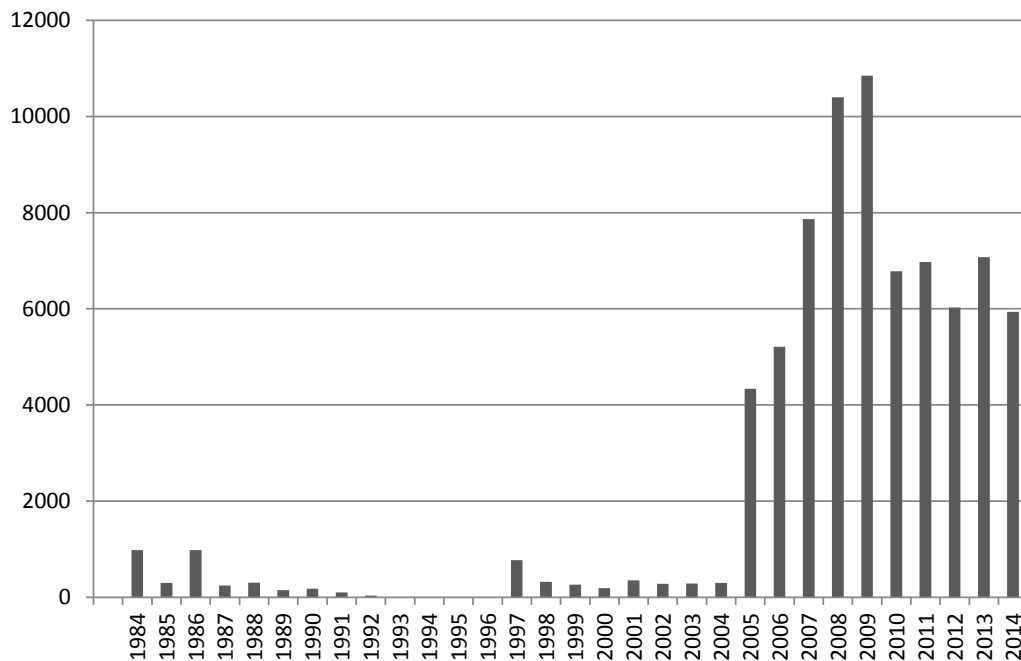
Portanto, a parceria entre a Câmara e a Gulbenkian é estabelecida em 1962, representando um novo fôlego para a Biblioteca Municipal, numa relação que vai estender-se até à década de 1990. Entretanto, em 1965 é criado por decreto-lei o Arquivo Distrital de Vila Real, ao qual se procura agregar a Biblioteca Pública. Mas só em 1988, com a inauguração da nova sede da Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Vila Real, na Avenida Almeida Lucena, foi possível reunir nas devidas condições os fundos bibliográficos da Biblioteca Municipal (incluindo o proveniente da Fundação Gulbenkian) e aquele que, de início sob a tutela da Junta Distrital, se foi constituindo com base sobretudo na instituição durante alguns anos da figura do depósito legal. Porém,

no ano anterior ao da inauguração daquelas instalações, fora já criado o Programa da Rede Nacional de Bibliotecas Públicas, num movimento estratégico que, poucos anos mais tarde, em 1997, faria surgir um outro enquadramento orgânico que vem autonomizar de novo a Biblioteca Pública e o Arquivo Distrital. É neste contexto que se projecta e constrói o actual edifício da Biblioteca Municipal de Vila Real, inaugurado em 27 de Outubro de 2006.

Hoje, 175 anos após a sua fundação, a Biblioteca Pública Municipal de Vila Real tem um acervo superior a 93 mil volumes. De acordo com o mais recente relatório estatístico anual da Rede Nacional de Bibliotecas Públicas, está entre o grupo de bibliotecas com mais aquisições e é a biblioteca que, no País, pratica o horário de abertura ao público mais alargado, 75 horas por semana.

²² Do ponto de vista da gestão processual, o fundo bibliográfico da Gulbenkian colocado à disposição da Biblioteca Municipal era designado por Biblioteca Fixa n.º 150. Durante anos, a Fundação estabeleceu em Vila Real uma biblioteca itinerante, assegurando neste caso directamente o seu funcionamento.

LIVROS ADQUIRIDOS NOS ÚLTIMOS 30 ANOS



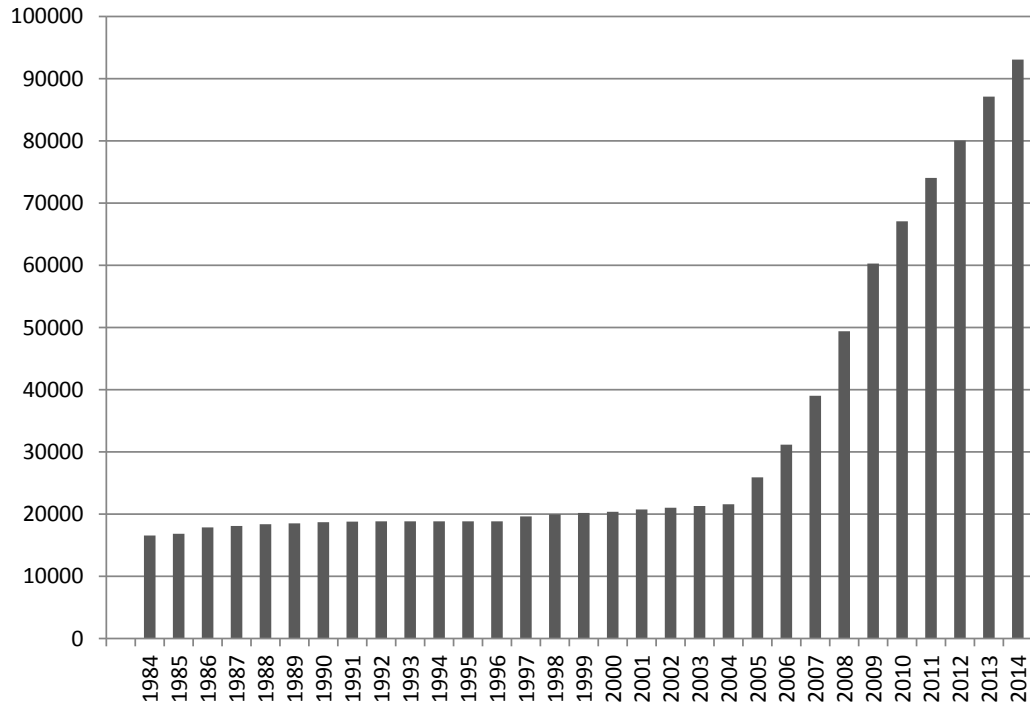
Ano	Livros
1984	980
1985	298
1986	982
1987	244
1988	304
1989	149
1990	175
1991	101
1992	34
1993	2
1994	0

Ano	Livros
1995	0
1996	0
1997	769
1998	323
1999	259
2000	186
2001	353
2002	278
2003	283
2004	294
2005	4.334

Ano	Livros
2006	5.213
2007	7.863
2008	10.401
2009	10.853
2010	6.778
2011	6.973
2012	6.028
2013	7.074
2014	5.933*

* até Outubro de 2014

LIVROS EXISTENTES NOS ÚLTIMOS 30 ANOS



Ano	Livros
1984	16.563
1985	16.861
1986	17.843
1987	18.087
1988	18.391
1989	18.540
1990	18.715
1991	18.816
1992	18.850
1993	18.852
1994	18.852

Ano	Livros
1995	18.852
1996	18.852
1997	19.621
1998	19.944
1999	20.203
2000	20.389
2001	20.742
2002	21.020
2003	21.303
2004	21.597
2005	25.931

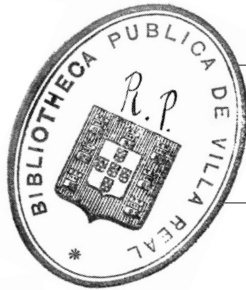
Ano	Livros
2006	31.144
2007	39.007
2008	49.408
2009	60.261
2010	67.039
2011	74.012
2012	80.040
2013	87.114
2014	93.047*

* até Outubro de 2014

UMA HISTÓRIA CONTADA COM CARIMBOS



Carimbo em uso durante a Monarquia.



Carimbo em uso após a implantação da República. Trata-se do anterior carimbo, com a coroa da Monarquia substituída por sobrecarga manuscrita: R. [República] P. [Portuguesa].



Carimbo em uso no Estado Novo.



Carimbo em uso na década de 1970.



Carimbo em uso na década de 1980 (em folhas de rosto).



Carimbo em uso na década de 1980 (no interior dos livros).



Carimbo em uso na década de 1980 (em folhas de rosto).



Carimbo em uso nas décadas de 1980 e 1990 (em folhas de rosto).

**BIBLIOTECA MUNICIPAL
DE VILA REAL**

Compra:

Permuta:

Oferta:

Data: / /

Nº Registo:

Carimbo em uso nas décadas de 1980, 1990 e 2000 (em folhas de rosto).



Carimbo em uso nas décadas de 1990 e 2000 (no interior dos livros).



Carimbo em uso desde 2010 (em folhas de rosto).



Carimbo em uso desde 2010 (no interior dos livros).



O edifício do antigo Convento de São Francisco, onde originalmente se instalou a Biblioteca Pública Municipal de Vila Real



Nos 175 anos da Biblioteca Pública Municipal de Vila Real,
investigação e texto de VÍTOR NOGUEIRA,
foi composto e impresso na Minerva Transmontana,
em Outubro de 2014,
numa tiragem de 300 exemplares.

ISBN: 978-989-8653-28-4
Depósito Legal: 382737/14



Biblioteca Municipal de Vila Real
Rua Madame Brouillard
5000-573 Vila Real
Telefone: 259 303 080
www.biblioteca.cm-vilareal.pt

